

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 2 Maio - Agosto 2026

ARTIGO

A SALVAGUARDA DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS SOB A GUARDA DA RESERVA TÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (2020-2023): HISTÓRICO DOS ACERVOS, PROCESSOS CURATORIAIS E EXTROVERSÃO DO CONHECIMENTO

Arkley Marques Bandeira*, Rafael Amorim Silva**, Lucio Adriano Teixeira de Moraes***, Gustavo Teixeira de Moura****, Fernanda Lopes Viana*****

RESUMO

Este artigo analisa os desafios e as perspectivas da salvaguarda das coleções arqueológicas sob a guarda da Reserva Técnica da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no período compreendido entre junho de 2020 e dezembro de 2023. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, cujo objetivo é compreender o processo de formalização da UFMA como Instituição de Guarda e Pesquisa (IGP) voltada à salvaguarda de acervos arqueológicos. São observados os procedimentos de organização e curadoria das coleções sob a responsabilidade da instituição, bem como são descritos os principais desafios e perspectivas enfrentados pela universidade na construção de estratégias permanentes de organização, conservação e extroversão do acervo. Ainda, apresentam-se um levantamento do perfil tipológico das coleções arqueológicas e uma discussão sobre os entraves relacionados ao acondicionamento e à conservação, evidenciando a relevância da interface entre arqueologia, museologia e conservação para o aprimoramento da gestão e da socialização do patrimônio arqueológico salvaguardado.

Palavras-chave: Coleções arqueológicas; Salvaguarda; Curadoria; Comunicação; Reserva Técnica – UFMA.

* Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. Doutor em Arqueologia. Docente do Colegiado de Oceanografia da Universidade Federal do Maranhão. Professor permanente dos PPGs PGCULT e PRODEMA. E-mail: arkley.bandeira@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0410-1082>

** Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: amorim.hist96@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8206-7764>

*** Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Doutorado em Rede PRODEMA. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: lucio.adriano@discente.ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6280-4003>

**** Mestrando em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: gustavo.tm@discente.ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0892-1376>

***** Mestra em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Doutoranda em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: fernandalop1993@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4202-1726>

SAFEGUARDING ARCHAEOLOGICAL COLLECTIONS IN THE CUSTODY OF THE UFMA TECHNICAL RESERVE (2020–2023): HISTORY OF THE COLLECTIONS, CURATORIAL PROCESSES, AND PUBLIC DISSEMINATION

ABSTRACT

This article analyzes the challenges and perspectives of safeguarding archaeological collections held by the Technical Reserve of the Federal University of Maranhão (UFMA) between June 2020 and December 2023. Methodologically, this qualitative, bibliographic, and exploratory case study aims to understand the process of formalizing UFMA as a Custodial and Research Institution (IGP) focused on safeguarding archaeological collections. It analyzes the procedures for organizing and curating the collections under its responsibility, as well as the primary challenges and opportunities faced by the institution in developing permanent strategies for their organization, conservation, and dissemination. It also presents a survey of the typological profile of the archaeological collections and discusses obstacles related to storage and conservation, highlighting the relevance of the interface between archaeology, museology, and conservation for improving the management and public accessibility of the safeguarded archaeological heritage.

Keywords: Archaeological collections; Safeguarding; Curation; Communication; Technical Reserve – UFMA.

SALVAGUARDIA DE LAS COLECCIONES ARQUEOLÓGICAS BAJO LA GUARDIA DE LA RESERVA TÉCNICA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DO MARANHÃO (2020–2023): HISTORIA DE LAS COLECCIONES, PROCESOS CURATORIALES Y EXTROVERSIÓN DEL CONOCIMIENTO

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos y perspectivas de la salvaguardia de las colecciones arqueológicas custodiadas por la Reserva Técnica de la Universidad Federal de Maranhão (UFMA) entre junio de 2020 y diciembre de 2023. Metodológicamente, se trata de un estudio de caso cualitativo, de naturaleza bibliográfica y exploratoria, cuyo objetivo es comprender el proceso de formalización de la UFMA como Institución de Custodia e Investigación (ICI) enfocada en la salvaguardia de colecciones arqueológicas. Se analizan los procedimientos de organización y curaduría de las colecciones bajo su responsabilidad, así como se describen los principales desafíos y perspectivas que enfrenta la institución en la construcción de estrategias permanentes para la organización, conservación y difusión de la colección. También presenta un levantamiento del perfil tipológico de las colecciones arqueológicas y una discusión de los obstáculos relacionados con el almacenamiento y la conservación, destacando la relevancia de la interfaz entre arqueología, museología y conservación para mejorar la gestión y socialización del patrimonio arqueológico salvaguardado.

Palabras clave: Colecciones arqueológicas; Salvaguardia; Curaduría; Comunicación; Reserva Técnica – UFMA.

INTRODUÇÃO

Segundo Maria Cristina Oliveira Bruno (1995, 2000, 2010), a musealização deve ser compreendida como um processo técnico interdisciplinar, um encadeamento de ações que garantam o cumprimento da função social dos objetos musealizados, aspecto fundamental para a compreensão acerca da significação e do gerenciamento de coleções arqueológicas. Nessa perspectiva, este estudo incorpora as contribuições de Marilúcia Bottallo (2001), para quem a salvaguarda patrimonial se define pelos procedimentos ligados à comunicação, ao gerenciamento, à documentação museológica, à pesquisa e aos processos de conservação, seja de forma preventiva ou interventiva, por meio da restauração. Tais procedimentos alinham-se à concepção de musealização adotada, reforçando o papel da instituição de guarda na promoção do acesso, da pesquisa e da comunicação do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico.

Esses aspectos também são discutidos na cartilha do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil, 2017) sobre a salvaguarda de bens registrados, na qual são tomados como base a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco, de 2003, aprovada por meio do Decreto nº 22/2006 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco], 2006) e promulgada por meio do Decreto nº 5.753/2006 (Brasil, 2006), que definem como salvaguarda as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural, que são: a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, valorização, transmissão do conhecimento e revitalização desse patrimônio. Além disso, a Portaria Iphan nº 196/2016 (Brasil, 2016) estabelece normas e procedimentos para a conservação de bens arqueológicos móveis para as instituições de guarda e pesquisa no Brasil.

A partir desses marcos legais, propõe-se um estudo de caso com o objetivo de analisar o processo de formalização da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) enquanto Instituição de Guarda e Pesquisa (IGP), considerando os desafios e as perspectivas intrínsecos ao gerenciamento das coleções arqueológicas das quais a instituição é fiel depositária. Tal análise tem como base a atuação do Laboratório de Arqueologia e Estudos Culturais (LABARQ), criado em 2020, tempo em que emergiu uma série de problemáticas e desafios que não haviam sido devidamente explicitados ou antecipados durante o processo de transição da gestão/coordenação da Reserva Técnica da UFMA (RT/UFMA).

Tais desafios abrangem múltiplas dimensões. Inicialmente, constataram-se limitações de ordem estrutural e financeira, que impactaram a capacidade de execução das atividades técnicas por parte da coordenação, incluindo-se a falta de materiais para o tratamento adequado do acervo no âmbito da conservação preventiva. Concomitantemente, observou-se a carência de infraestrutura adequada, que comprometia parcialmente as condições ideais para o armazenamento e o acondicionamento dos artefatos, o que poderia afetar sua salvaguarda a longo prazo. Por fim, verificou-se a reduzida socialização do patrimônio salvaguardado na IGP, evidenciando uma lacuna entre a preservação e o compartilhamento dos bens sob guarda da instituição, o que sinalizava a necessidade de se discutir um modelo de gestão mais transparente e eficaz.

Ressalta-se que a integração entre pesquisa, conservação e socialização por meio de protocolos bem definidos de gestão é fundamental para se desenvolver estratégias que garantam a apropriação social do patrimônio arqueológico. Essa premissa permite superar os desafios encontrados para democratizar o acesso do público aos acervos salvaguardados em reservas técnicas (De Azevedo *et al.*, 2022; Pereira, 2017). Nesse sentido, Bruno (2020, p. 12) destaca que “o tratamento e a preservação de acervos estão subordinados às perspectivas políticas em suas distintas conjunções e abordagens:

tanto o estudo, o tratamento e a preservação quanto a negligência e o abandono”. Essas questões foram absolvadas pela UFMA desde a sua formalização como instituição de Guarda e Pesquisa, uma vez que não houve um discurso centralizado no sentido de administrar a RT. Por isso, Bandeira (2020) considera que a falta de um modelo de gestão fez com que a RT, desde o início, oscilasse entre momentos de euforia, intensas parcerias, desmotivações, atrasos e retomadas de processos.

Observa-se que os dilemas concernentes à gestão, aos problemas, às relevâncias e aos desafios para a salvaguarda de acervos arqueológicos no Brasil portam-se, geralmente, como paradigmas em acervos arqueológicos espalhados pelo país “desde sempre e representam problemas para sempre” (Bruno, 2020, p. 8).

Desse modo, as experiências que são relatadas neste artigo são importantes para compreendermos as nuances por trás dos processos de gestão da RT/UFMA, possibilitando uma reflexão sobre “as mudanças, permanências, avanços, retrocessos e desafios inerentes à salvaguarda e comunicação das coleções nos distintos domínios institucionais” (Pereira *et al.*, 2020, p. 481). Para tanto, estabelecemos três objetivos específicos para apresentação: 1) analisar o processo de formalização institucional da UFMA como IGP; 2) apresentar o planejamento para a gestão do patrimônio arqueológico presente na RT, bem como descrever os processos gerais de curadoria e os aspectos organizacionais instituídos pela coordenação em conjunto com a equipe do LABARQ entre junho de 2020 e dezembro de 2023; e 3) compreender como a interação entre a arqueologia, a musealização e a conservação pode contribuir assertivamente para a salvaguarda das coleções arqueológicas e para a comunicação e extroversão do conhecimento relativo ao patrimônio salvaguardado da RT.

Nesse sentido, o artigo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em um estudo de caso de caráter descritivo, bibliográfico e empírico, com o objetivo de analisar criticamente as dinâmicas inerentes aos acervos arqueológicos salvaguardados na instituição apresentada. A metodologia organiza-se a partir da revisão sistemática de fontes primárias e secundárias, assim distribuídas: 1) documentação constante no banco de dados da RT; 2) registros institucionais do Iphan; 3) dispositivos legais (diários oficiais, portarias de pesquisa e normativas vigentes); 4) relatórios técnicos e endossos institucionais; e 5) legislação brasileira específica sobre arqueologia e gestão de acervos arqueológicos. A seleção desse corpus documental visou mapear as tensões entre preservação, gestão patrimonial e produção do conhecimento arqueológico.

A FORMALIZAÇÃO DA UFMA COMO INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA

A mudança de paradigma acerca da proteção do patrimônio arqueológico brasileiro ocorreu a partir da década de 1960, com a sanção da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (Brasil, 1961), marco legal que estabeleceu as primeiras diretrizes para a preservação dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, mas que de forma tangencial abordou a necessidade de protocolos para a guarda de acervos dessa natureza.

Na década de 1990, observou-se uma mudança significativa em relação à relevância, à valorização e à necessidade de protocolos de salvaguarda dos acervos arqueológicos no Brasil. Esse entendimento só foi possível devido ao aumento dos estudos e às discussões sobre a necessidade de proteção e preservação desse patrimônio, resultando no crescimento instituições de guarda no país (Braga, 2001). Nesse contexto, sob uma perspectiva da musealização da arqueologia, a documentação de coleções e acervos se consolidou como uma das metodologias fundamentais para a salvaguarda patrimonial em museus e demais instituições de guarda e pesquisa. Desde então, os estudos acerca

do gerenciamento dos acervos têm colaborado significativamente para a preservação e conservação do patrimônio arqueológico brasileiro.

A formalização da UFMA como IGP insere-se nesse contexto, constituindo-se a partir da articulação entre políticas públicas em parceria com a iniciativa público-privada, materializada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre Petrobras, UFMA, Iphan e Governo do Estado do Maranhão. Este ACT fundamentou-se no arcabouço jurídico-normativo acerca do patrimônio arqueológico brasileiro, a exemplo da Lei nº 3.924/1961 (Brasil, 1961); da Portaria SPHAN nº 07/1988 (art. 5º, inciso VII) (Brasil, 1998); da Portaria Iphan nº 230/2002 (vigente à época) (Brasil, 2002); da Instrução Normativa nº 01/2015 (Brasil, 2015) e da Portaria Iphan nº 196/2016 (Brasil, 2016) (nas etapas de aditivos de prazo), que orientaram a conformação institucional da UFMA, enquanto instituição responsável pela emissão do ensosso institucional, para proteção e promoção dos remanescentes arqueológicos provenientes de pesquisas no âmbito acadêmico ou do licenciamento ambiental, realizadas no Estado do Maranhão.

Essas diretrizes estabelecem a obrigatoriedade de salvaguardar os acervos arqueológicos, preferencialmente em seus contextos de origem, preservando sua integridade e significância sociocultural, com exceção de quando não há condições mínimas para sua preservação. Neste caso, se impõe à gestão pública, em parceria com a iniciativa privada quando necessário, a responsabilidade de assegurar a modernização, a ampliação e o fortalecimento das instituições encarregadas da proteção dos acervos arqueológicos, ou ainda a construção de um espaço voltado a esse fim, garantindo, assim, a adequada conservação, pesquisa e difusão do patrimônio.

Este estudo de caso inicia-se em 2010, quando foi emitida a autorização de pesquisa nº 17, que indicou a UFMA como instituição endossante para a guarda do material arqueológico que seria coletado no projeto de licenciamento ambiental do patrimônio cultural das obras da Refinaria Premium I, localizada município de Bacabeira, Maranhão, de responsabilidade da Petrobras (Processo IPHAN – MA nº 01494.000510/2009-81) (Brasil, 2009), com a coordenação técnica e científica do arqueólogo Arkley Marques Bandeira.

No que se refere à contrapartida financeira estabelecida pela instituição para a emissão dos primeiros endossos vinculados às obras da Refinaria Premium I, considerou-se o fato de a UFMA não dispor de um espaço adequado para a guarda e o acondicionamento dos materiais arqueológico que seriam coletados durante as intervenções arqueológicas no empreendimento. Nesse contexto, discutiu-se a responsabilidade da Petrobras, enquanto empreendedora responsável pelo projeto, para subsidiar financeiramente a requalificação e construção de espaço museológico. Para tanto, foi celebrado, em 2014, o convênio nº 5900.0121458.22.4, firmado entre a Petrobras, o Iphan, a UFMA e o Governo do Estado do Maranhão, com o objeto de promover a restauração e a requalificação do imóvel denominado “Fábrica Têxtil Progresso” – no qual também funcionou o antigo Serviço de Impressões e Operações Gráficas do Estado do Maranhão (Sioge) – para a criação do Centro de Arqueologia da UFMA.

Por sua vez, a contrapartida da UFMA foi garantir a manutenção dos achados arqueológicos sob sua guarda, responsabilizando-se pela custódia do acervo, em caráter permanente, definitivo e irrevogável, a partir da assinatura do convênio, visando assegurar a adequada conservação e a disponibilização pública do acervo, conforme as normativas que regem a proteção do patrimônio cultural brasileiro e a criação de um curso de graduação em Arqueologia.

Em 2011, foi emitida a Portaria Iphan nº 10 (Brasil, 2011), publicada no *Diário Oficial da União* de 28 de março, por meio da qual o Laboratório de Hidrologia

(LABOHIDRO), vinculado ao Departamento de Oceanografia e Limnologia (DEOLI) da UFMA, emitiu o primeiro endosso institucional da Universidade – requisito indispensável para aprovação do Iphan, de projetos de pesquisa arqueológica que prevejam intervenções em campo. No documento de endosso institucional, a UFMA comprometeu-se com o recebimento de material arqueológico coletado na prospecção arqueológica da área do Polígono da Refinaria Premium I e do seu entorno referente ao setor de terraplanagem – etapa I do empreendimento. Além disso, esse empreendimento também recebeu outras portarias para pesquisas arqueológicas, que em conjunto compuseram o Programa Básico Ambiental (PBA) de Arqueologia, conforme citado a seguir:

Programa Básico Ambiental de Arqueologia – Prospecção Arqueológica, Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial - Subprograma de Resgate Arqueológico; Subprograma de Monitoramento Arqueológico; Resgate Arqueológico do Sítio Rabo de Porco II – Refinaria Premium I; Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Faixa de Dutos de Petróleo e Derivados que atenderão a Refinaria Premium I e Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Área de Porte para Atendimento à Refinaria Premium I (Bandeira, 2020, p. 158).

O arranjo institucional decorreu, portanto, de um acordo de cooperação firmado entre a UFMA, que participou ativamente do processo de licenciamento ambiental, o Iphan e a Petrobras, responsável pelo empreendimento. Essa articulação permitiu a consolidação da Universidade como instituição formalmente endossante e detentora da guarda legal desse patrimônio, materializando, assim, as premissas de gestão previstas na legislação sobre o patrimônio cultural.

É importante salientar que a UFMA não centralizou a emissão desse documento em uma unidade administrativa específica. Como resultado, os primeiros endossos da instituição foram emitidos pelo LABOHIDRO, pela própria Reitoria da Universidade e, posteriormente, pelo Laboratório de Arqueologia (LARQ), criado em 2014 e ligado ao Departamento de História.

O LARQ, sob a coordenação do Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro, deu início à estruturação física e permaneceu responsável pela gestão da IGP até junho de 2020, quando foi publicada a Portaria GR nº 379/2020-MR (Universidade Federal do Maranhão, 2020). Por meio dessa portaria, o Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira foi nomeado representante legal da UFMA nas obras de restauro do antigo prédio do SIOGE, passando a ser o responsável técnico pelo recebimento e gerenciamento das coleções arqueológicas sob guarda da instituição.

Em relação ao modelo de contrapartida estabelecido inicialmente pela UFMA para a emissão do endosso institucional, foi instituída uma taxa de 10% sobre o valor do projeto de intervenção arqueológica, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) (depositado no caixa único da Universidade), que deveria ser revertida em investimentos de estruturação e manutenção dos espaços da reserva, procedimento que ficou vigente entre outubro de 2014 e maio de 2020. A partir de 2021, foi implementado um novo modelo de endosso da instituição, concentrado no Gabinete da Reitoria, que solicitava como contrapartida a destinação de 10% do valor total do projeto de pesquisa arqueológica como contrapartida para a emissão do documento. Ressalta-se que o valor deveria ser

convertido na aquisição de materiais e pagamento de bens e serviços para a qualificação técnica e manutenção estrutural da IGP.

A ausência de uma política voltada para a emissão do endosso institucional por parte da UFMA acabou gerando uma série de problemas relacionados ao gerenciamento do acervo. Esses problemas evidenciaram-se, principalmente, no que tange aos aspectos de organização e curadoria, impossibilitando as condições ideais de conservação, manejo e socialização do patrimônio salvaguardado.

Sobre o recebimento das primeiras coleções arqueológicas pela UFMA enquanto instituição endossante, surgiu o seguinte questionamento: por que a Superintendência do Iphan do Maranhão aceitou a indicação de um laboratório que não tinha as condições ideais para salvaguardar o acervo e estava ligado à outra área de conhecimento?

De acordo com Bandeira (2020), a aceitação do endosso institucional de um laboratório vinculado a outra área do conhecimento para receber os remanescentes arqueológicos coletados durante o respectivo projeto, por parte do Iphan, justificou-se, à época, por dois motivos principais: primeiro, porque a UFMA era a responsável pelo licenciamento ambiental do empreendimento; segundo, pela possibilidade de institucionalização da área de arqueologia no âmbito desta Universidade, com a criação do Museu e do curso de Arqueologia, o que garantiria a plena salvaguarda do acervo. É importante ressaltar, ainda, que tal arranjo só foi possível porque a Universidade, quando da emissão da referida Portaria de Pesquisa, não possuía um espaço adequado para o devido acondicionamento do patrimônio arqueológico proveniente das intervenções em campo. Logo, o acervo arqueológico permaneceu acondicionado no canteiro de obras da Refinaria Premium, em Bacabeira, até 2014.

Além disso, à época, não existia uma resolução voltada essencialmente para a organização e o cadastro das instituições de guarda no país. Isso só ocorreu em 2016, por meio da Portaria Iphan nº 196 (Brasil, 2016), que instituiu a política para a conservação de bens arqueológicos móveis e criou o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP).

Dessa forma, o acordo de cooperação entre a UFMA, o Iphan, a Petrobras e o Governo do Estado do Maranhão permitiu que os materiais permanecessem no canteiro de obras sob a guarda da empresa empreendedora, na condição de fiel depositária. Essa medida valeria até a estruturação de um espaço adequado para a salvaguarda permanente do acervo arqueológico e para a organização de um Laboratório de Arqueologia vinculado à RT.

Entretanto, isso mudou devido ao fechamento do canteiro de obras e ao cancelamento do empreendimento pela Petrobras, em 2015. Logo, o acervo não poderia continuar na área da Refinaria, pois ela seria fechada. Sendo assim, ficou acordado que ele deveria ser transferido para a UFMA, em ato realizado em 24 de setembro de 2014, após a publicação do Ofício/GAB/Iphan-MA nº 1.071/2014 (Universidade Federal do Maranhã, 2014), solicitando que a Universidade providenciasse um espaço físico em condições de garantir a transferência de guarda do acervo arqueológico. Para isso, o Iphan, por meio do Ofício/GAB/Iphan-MA nº 1.177/2014 (Brasil, 2014), comunicou à Petrobras que a transferência do respectivo acervo arqueológico ocorreria em 21 de outubro de 2014, sendo que a transferência foi acompanhada por Horecio Garcia, funcionário da Petrobras; Arkley Marques Bandeira, arqueólogo da Petrobras; e Danilo Assunção, representante do IPHAN (Bandeira, 2020).

Todos os remanescentes arqueológicos resgatados, assim como a documentação técnica gerada durante as escavações arqueológicas realizadas na Refinaria Premium I, encontram-se acondicionados na RT da UFMA. No período compreendido

entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022, essa coleção foi submetida a um processo sistemático de organização e triagem, conduzido em conformidade com os parâmetros normativos estabelecidos pela Portaria Iphan nº 196/2016 (Brasil, 2016), precedendo as atividades de organização e curadoria instituídas pelo LABARQ.

Outrossim, observou-se que a não centralização da emissão de endosso institucional em uma única unidade administrativa dificultou o processo de estruturação do espaço, que por sua vez acarretou na dificuldade para se elaborar uma política de gerenciamento voltada para a RT e todas as coleções arqueológicas salvas pela UFMA.

PERFIL TIPOLOGICO, RELEVÂNCIA HISTÓRICA DO ACERVO E ESTRUTURA FÍSICA DA RESERVA TÉCNICA

A RT da UFMA possui um acervo de elevada relevância científica, abrigando mais de 200 mil peças de diversos sítios arqueológicos distribuídos territorialmente por todo o estado do Maranhão. Tais coleções tem grande potencial de contribuir para a compreensão das trajetórias culturais ligadas às ocupações humanas que ocorrem em uma longa duração no atual território maranhense. Em relação aos remanescentes coletados durante as intervenções realizadas na área da Refinaria Premium I, houve uma intensa pesquisa arqueológica, na qual participaram mais de cinquenta profissionais ligados à área de arqueologia e afins, resultando em um acervo com mais de 52 mil peças que, estudadas sistematicamente, podem ajudar a contar a história de até dez milênios de ocupação humana na região do Baixo Itapecuru (MA), entre os municípios de Bacabeira e Rosário.

Ademais, outras coleções arqueológicas foram geradas por meio de vários projetos de pesquisa ligados, principalmente, ao licenciamento ambiental, como também projetos acadêmicos e materiais incorporados por meio de doações. De forma mais geral, o acervo é composto por materiais do período Pré-Colonial, de contato e Histórico (lítico, cerâmica, fragmentos ósseos, vestígios faunísticos e malacológicos, vegetais, sedimentos, remanescentes esqueléticos humanos, louças diversificadas, metal, vidrarias, material construtivo, restos alimentares, entre outros). Sobre o material recebido por meio de doações, destaca-se o acervo oriundo da Casa da Memória do Sítio do Físico, cujas coleções foram incorporadas pela UFMA após os procedimentos normativos com o Iphan-MA, como também o acervo arqueológico do Iphan-MA, reunido durante as obras de restauro de edifícios e outras intervenções no Centro Histórico de São Luís.

Em termos quantitativos e qualitativos, a coleção de maior relevância sob a guarda institucional da UFMA até o presente é proveniente das intervenções arqueológicas ligadas ao projeto de licenciamento ambiental das obras da Refinaria Premium I. Com mais de 52 mil peças, constitui-se como marco representativo do processo de formalização da Universidade enquanto instituição de guarda. No que tange às características dessa coleção, observa-se uma expressiva quantidade de vestígios líticos, bem como fragmentos cerâmicos, malacológicos e louças diversificadas.

A coleção está vinculada ao período Pré-Colonial e, posteriormente, ao período Histórico, a partir da colonização da região, quando as primeiras fazendas e os primeiros engenhos foram implantados nessa localidade (Figura 1). Também foram coletados materiais significativos relacionados às primeiras vilas fundadas na região durante o período Colonial, perfazendo uma história de longa duração de ocupação do baixo Itapecuru, que remonta, aproximadamente, a quase dez milênios.

Figura 1. (A) e (D) Louças associadas ao período de colonização europeia (tigelas em faiança com decoração floral); (B) Material lítico em formato de machado; (C) Cachimbo cerâmico associado a povos de origem africana.



Fonte: Bandeira (2013).

Cabe ressaltar que a RT ainda possui duas coleções significativas que se assemelham em quantidade ao acervo da Refinaria Premium I – estas fazem parte do projeto Sambaquis do Maranhão, coordenado durante 10 dez anos pelo arqueólogo Arkley Marques Bandeira, cujo acervo possui cerca de 59 mil peças – e às intervenções de restauro realizadas no Centro Histórico de São Luís, sendo enviadas pelo Iphan para a UFMA.

Diante de um acervo tão rico e diversificado, a UFMA se projetou como uma das principais IGP's do Maranhão. O acervo do projeto Sambaquis do Maranhão é caracterizado por artefatos ligados principalmente às ocupações humanas do período pré-colonial na Ilha de *Upaon-Açu*, formadas por materiais orgânicos e inorgânicos, líticos, cerâmicas, osso, concha (malacológicos), sepultamentos, dentes e amostras de sedimentos e argila. A coleção é formada por vários artefatos, como lâminas de machados, percutores, almofarizes, adornos em ossos de peixe, mamíferos e aves, facas, furadores, diferentes recipientes cerâmicos. Também fazem parte da coleção remanescentes humanos.

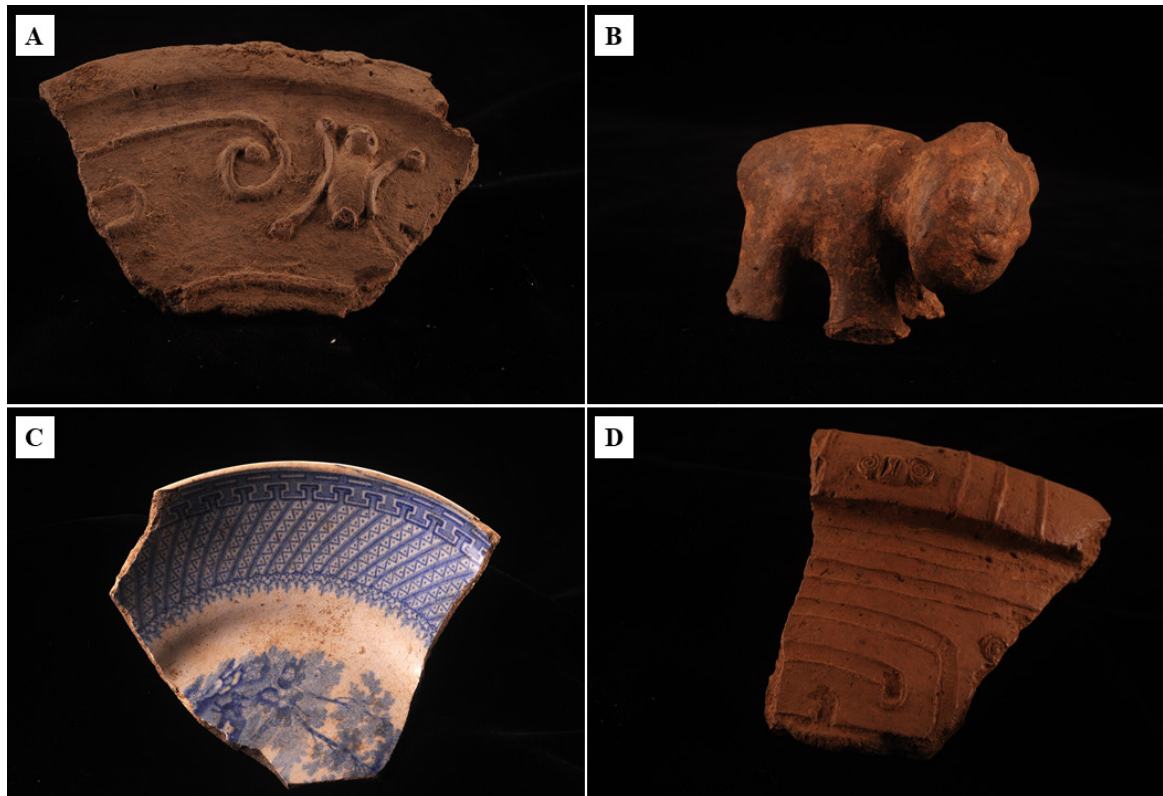
É importante ressaltar que os resultados sobre esta coleção já se encontram publicados, atestando a presença humana na Ilha de São Luís há, pelo menos 6.600 anos (Bandeira, 2013). O estudo criterioso dos materiais pôde evidenciar uma compreensão acerca do modo de vida associado ao cultivo, à caça, à pesca e à cultura dos povoamentos de cada localidade onde estão presentes os sambaquis e os sítios descritos. Em relação

ao Sítio Vinhais Velho, por exemplo, foram encontradas mais de 13 mil peças que, datadas, permitiram aos pesquisadores determinarem a ocupação pré-colonial no Vinhais Velho, que se iniciou em torno de 2.600 mil anos Antes do Presente, se estendendo até a chegada dos franceses, no século XVI.

O estudo dessa coleção evidenciou que os povos ocupantes dessa região viviam basicamente de caça, coleta de frutos do mar e cultivo, organizando-se de forma sedentária, habitando grandes aldeias. Quando esses povos começam a ser escravizados, inicia-se um novo repertório de cultura material, com a presença de pratos, tigelas, xícaras, pires, ferragens, materiais construtivos e garrafas de bebidas originárias de países como Portugal, França, Holanda e Inglaterra (Bandeira, 2013).

Outro aspecto importante em relação à ocupação desse Sítio é a presença de grupos ceramistas que utilizavam a técnica de modelagem na elaboração de recipientes cerâmicos para confeccionar itens como apliques de cabeças de animais e esculturas humanas e estatuetas e adornos para usos ritualísticos (Figura 2).

Figura 2. (A) Cerâmicas possivelmente ligada à influência ceramista de povos Karib; (B) Estatueta representando um felino (C) Fragmento de louça portuguesa; (D) Características associadas a conjuntos cerâmicos com características amazônicas.



Fonte: Bandeira (2013).

Além disso, a RT possui uma diversificada coleção de objetos de valor histórico, gerada por meio de pesquisas aplicadas ao restauro de prédios e ruas tombadas no Centro Histórico de São Luís, cujos acervos foram incorporados pela instituição após solicitação do Iphan. As peças pertencentes a este acervo representam a cultura material de toda a área correspondente ao núcleo fundacional de São Luís, ou seja, estão relacionadas diretamente com o período colonial e imperial no Maranhão. O perfil tipológico deste acervo é caracterizado por fragmentos de louças (pratos, tigelas, xícaras, pires, terrinas,

urinois, escarradeiras etc.), cerâmicas vidradas, metais, vidrarias, materiais construtivos (telhas, tijolos e azulejos), ferragens, além de restos alimentares, como ossos de peixes, bovinos e suínos.

O acervo do Centro Histórico de São Luís possui uma dupla relevância: como testemunho material da ocupação colonial e imperial da cidade, e como elemento integrante de um sítio urbano, cujo conjunto arquitetônico lhe conferiu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1997. As peças que compõem esta coleção atestam as relações comerciais entre as colônias e as metrópoles, com cultura material produzida em países europeus, que assumem um papel fundamental para a investigação das estruturas culturais, econômicas e sociais de São Luís (franceses, portugueses, holandeses, ingleses e espanhóis).

Ressalta-se que uma análise acurada desses artefatos permite uma reconstituição crítica da trajetória dessas coleções e a reinterpretção dos espaços em que foram produzidos e circularam. Dessa forma, o acervo poderá transcender sua materialidade, transformando-se em um instrumento investigativo que possibilita a desconstrução de narrativas históricas consolidadas pelo processo de colonização em São Luís e a ressignificação dos processos de formação identitária e memória coletiva associados a este período.

No que concerne ao seu valor arqueológico e cultural, as coleções salvaguardadas pela instituição possuem relevância científica e patrimonial inquestionável, constituindo um corpus documental imprescindível para a compreensão das dinâmicas histórico-culturais do território maranhense. Sua relevância ultrapassa as concepções da preservação cultural, assumindo um papel determinante na produção do conhecimento sobre os processos de ocupação humana nesta região, desde o período Pré-Colonial até as complexas interações do período colonial em diante.

Além disso, podem proporcionar uma compreensão acerca das especificidades culturais, evidenciando as temporalidades sócio-históricas que atuam como suporte memorialístico das sociedades que aqui viveram e facilitando a intersecção e a interdisciplinaridade deste campo de conhecimento (Arqueologia, História, Museologia, Conservação e Restauro) com outras áreas da Universidade.

A ESTRUTURA FÍSICA DA RESERVA TÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

A estrutura da RT sempre esteve condicionada aos distintos locais que ocupou, visto que ainda permenece em espaços físicos provisórios. Entre outubro 2014 e junho de 2020, a RT esteve alocada em um espaço provisório, no Centro Pedagógico Paulo Freire, Campus São Luís. Nesse período, a estrutura manteve-se praticamente inalterada do ponto de vista técnico e funcional, caracterizando-se por condições de acondicionamento deficitárias (Figura 3).

Após a mudança na gestão técnica voltada para o gerenciamento das coleções, levou-se em consideração os fundamentos teóricos propostos por Vasconcelos e Alcântara (2017) que destacam que:

A gestão dos acervos arqueológicos, especificamente, diferencia-se da curadoria de outras tipologias de acervo basicamente em quatro aspectos: pela fragilidade devido à ruptura ambiental causada pelo trabalho de campo; pela diversidade material dos artefatos; pela presença de informações e documentos associados aos objetos; [...] pelo fato de que

se inicia no planejamento do projeto de pesquisa arqueológico, e não dentro das instituições de salvaguarda. Estas características tornam as coleções arqueológicas e sua consequente gestão um trabalho complexo (Vasconcelos; Alcântara 2017, p. 155).

Figura 3. Estrutura da Reserva Técnica entregue pelo LARQ em 2020.



Fonte: Bandeira (2020).

Considerando as especificidades do acervo arqueológico, a Gestão da Universidade, em 2020, designou um espaço mais amplo, no Centro de Convenções, pensado para atender às diversas normativas relacionadas ao gerenciamento de acervos, bem como para possibilitar a organização e o acondicionamento do material em condições adequadas, além de viabilizar a ampliação da capacidade de guarda na RT.

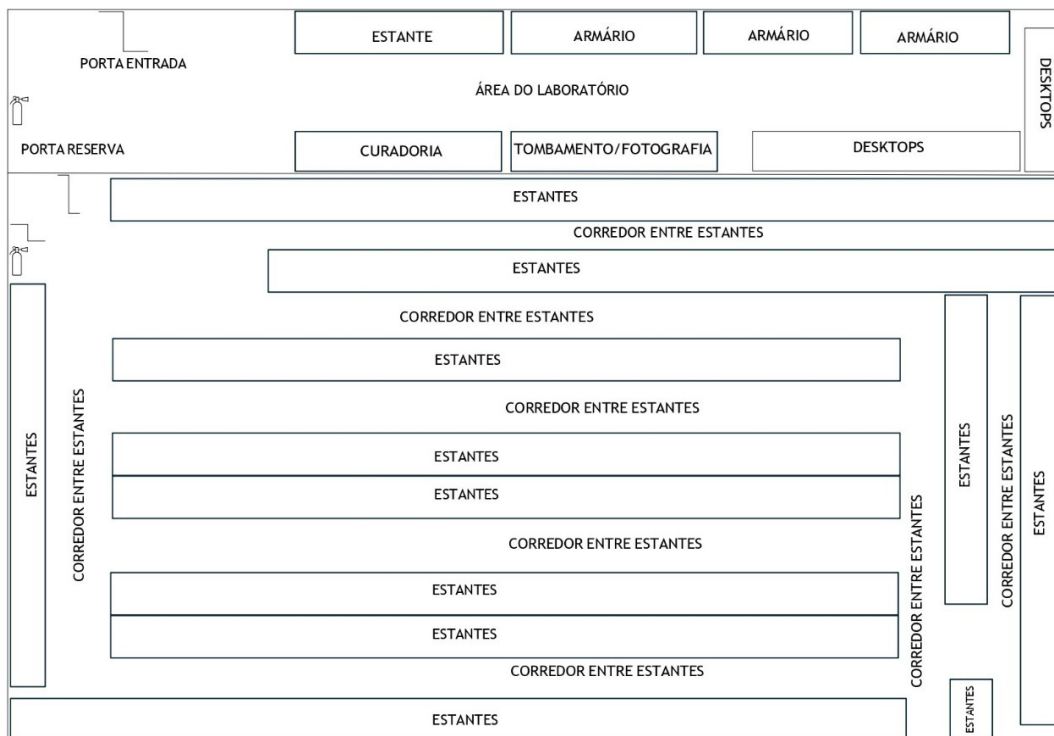
Dessa forma, após a mudança de espaço, a RT passou por um processo de modernização técnico-estrutural visando ao devido tratamento técnico para atenuar os processos de degradação e contribuir para o melhor manuseio e conservação do patrimônio sob a guarda da instituição: as estantes foram substituídas por modelos maiores e mais resistentes; o material acondicionado nas caixas de arquivo (inadequadas para o armazenamento desses materiais) foi transferido quase que em sua totalidade para novas caixas em polietileno e polipropileno, incorporadas ao acervo após a mudança na política de endosso (Figura 4); também foi elaborado um mapa provisório com a concepção do novo espaço provisório (Figura 5).

Figura 4. Novo espaço reestruturado pela equipe do LABARQ, após o início do processo de reestruturação da RT.



Fonte: LABARQ (2023).

Figura 5. Concepção do espaço provisório reestruturado no Centro de Convenções.



Fonte: LABARQ (2023).

PROCEDIMENTOS CURATORIAIS ADOTADOS

A partir da década de 2000, foram intensificadas as discussões referentes ao destino e ao gerenciamento dos acervos salvaguardados em reservas técnicas localizadas no Brasil (Azevedo Netto, 2008; Bastos; Brunhs; Teixeira, 2007; Braga, 2001). Essas discussões foram motivadas principalmente pelo crescente volume de materiais de diversas tipologias que, após as pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental, adentravam nas instituições de guarda necessitando de serviços curatoriais e de conservação.

Como consequência desse acúmulo, as IGP, seguindo políticas de gerenciamento já consagradas pela museologia, passaram a discutir normas relacionadas aos métodos de coleta, ao recebimento dos acervos e ao planejamento, que se fundamentam na definição de uma política de acervo, traçada a partir do estudo das coleções existentes e dos problemas científicos suscitados por elas (Bruno, 1995). De acordo com a Portaria Iphan nº 196/2016 (Brasil, 2016), as ações descritas inserem-se diretamente no conceito de conservação preventiva, que visa resgatar a relação entre memória, patrimônio material, identidade e diversidade cultural de uma sociedade. Nesse sentido, as IGP devem ser capazes de conservar, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio pesquisa, conservação e socialização, em um processo curatorial permanente.

O termo curadoria refere-se à gestão e prática de todas as etapas do processo de conservação e guarda de coleções museológicas, a partir do momento em que elas dão entrada na instituição responsável por sua salvaguarda. A gestão deste processo inicia-se a partir da elaboração de um programa sistemático de curadoria (Lessa, 2011, p. 4-5).

Nesse contexto, conforme destacam Lima e Barreto (2020, p. 47), “a reorientação das ações curatoriais que visam conectar as coleções às comunidades, para quem esse acervo importa hoje, começa mesmo dentro da reserva técnica”. Diante do cenário de quase ausência de processos curatoriais, evidenciou-se a necessidade de reorganizar a gestão do acervo salvaguardado na reserva técnica. No âmbito da UFMA, entre 2021 e 2023, foi elaborado e executado o projeto “Organização e curadoria das coleções arqueológicas sob guarda da Universidade federal Maranhão”, ligado ao eixo de desenvolvimento institucional da Universidade, coordenado pelo Prof. Arkley Marques Bandeira. Foi um projeto de caráter organizacional e curatorial, ligado ao LABARQ e direcionado para manejo e estudos técnicos das coleções salvaguardadas na RT, com apoio institucional para pagamento de bolsistas e com financiamento por meio de endossos e da captação de recursos, por meio de editais de chamamento público.

A implantação do projeto considerou as particularidades inerentes às características e à natureza dos vestígios. A partir do estudo e da organização das coleções, foi possível estabelecer os procedimentos que começaram a ser adotados pela RT. Além disso, como o acervo nunca havia passado por um processo de gestão integral, a perspectiva foi trabalhar o conjunto integral das coleções, evidenciando as potencialidades e a relevância das informações relativas a cada uma delas.

Para tanto, foram delimitados os seguintes objetivos: 1) Auxiliar na organização e no gerenciamento das coleções arqueológicas sob a guarda da UFMA, com vistas a cumprir a contrapartida institucional no convênio de cooperação com o Iphan e a Petrobras para criação do Centro de Arqueologia, que funcionará no prédio do antigo SIOGE; 2) Oferecer experiências acadêmico-profissionais aos discentes por meio da organização

e do gerenciamento das coleções arqueológicas da UFMA; 3) Treinar os bolsistas para alimentar o sistema de gerenciamento para as coleções arqueológicas, tendo em vista a documentação, o registro e a disponibilização digital das informações sobre todas as peças arqueológicas; 4) Acondicionar e armazenar as coleções arqueológicas repassadas pelo Iphan; 5) Organizar a reserva técnica arqueológica nos parâmetros sugeridos pela Portaria Iphan nº 196/2016, que foi substituída em 2025 pela Portaria Iphan nº 271/2025¹ (Brasil, 2025).

Para tanto, o LABARQ seguiu as recomendações metodológicas concernentes às atividades que deveriam ser seguidas pelos laboratórios de arqueologia e as diretrizes voltadas para a gestão das instituições de guarda, considerando a organização, o edifício e os sistemas auxiliares, pensados para o devido acondicionamento do patrimônio na RT, conforme as instruções da Portaria nº 196/2016 (Brasil, 2016). Ademais, o processamento técnico da documentação de coleções foi dividido de acordo com as concepções de Ceravolo e Tálamo (2000), considerando etapas sucessivas e por vezes concomitantes, na dependência do tamanho da instituição, da equipe que possui e do próprio acervo. Dessa forma, as atividades práticas relativas ao laboratório ligadas ao tombamento e ao gerenciamento das coleções foram iniciadas em outubro de 2021, e consistiram nas seguintes etapas:

Primeira etapa: diagnóstico de todas as informações contidas nas coleções arqueológicas salvaguardadas pela RT da UFMA (conferência, estado de conservação e forma de acondicionamento); levantamento de toda a documentação referente às coleções arqueológicas, tendo como base os relatórios técnicos de pesquisas que geraram as coleções, cadernos de campo, mapas, cartas, ofícios, documentos de endossos, banco de dados, fotos, croquis, desenhos, filmagens etc.

Segunda etapa: localização e triagem das coleções arqueológicas da RT e sua associação com a documentação correspondente levantada na primeira etapa; triagem das coleções arqueológicas por natureza do vestígio arqueológico pré-colonial (lítico, cerâmica, ósseo, dente, malacológico, vegetal, sedimentos etc.) e histórico (louça, metal, vidro, material construtivo, osso, dente, malacológico etc.); procedimentos de limpeza a seco, com a utilização de pincéis, escovas, trinchas macias, sem uso de água ou solvente, luvas esterilizadas, respeitando as características específicas de cada material, frágeis ou não, e buscando preservar ao máximo a originalidade das peças após a coleta. Posteriormente a isso, ainda nesta etapa, iniciou-se o acondicionamento das coleções por natureza (histórico ou pré-colonial; orgânico ou inorgânico) e tipologia dos vestígios, com a utilização de sacos plásticos com fecho hermético, com as fichas de coleta devidamente identificadas; e em seguida foram criadas fichas de identificação provisória para o armazenamento das coleções nas caixas organizadoras de diversos tamanhos em material polipropileno, devidamente documentadas, registradas, catalogadas e informatizadas no mobiliário da RT.

Esta etapa demandou atenção redobrada da equipe, pois na triagem do material identificou-se que artefatos de diferentes tipologias estavam acondicionados no mesmo saco e caixa de materiais, sem passarem por um processo de triagem, ou seja, os princípios de conservação preventiva descritos na Portaria vigente não estavam sendo seguidos plenamente.

¹ A Portaria IPHAN nº 271/2025 estabelece os requisitos para a aptidão e o cadastro de IGP's de bens arqueológicos, definindo seus deveres e a sistemática da Declaração de Endosso Institucional.

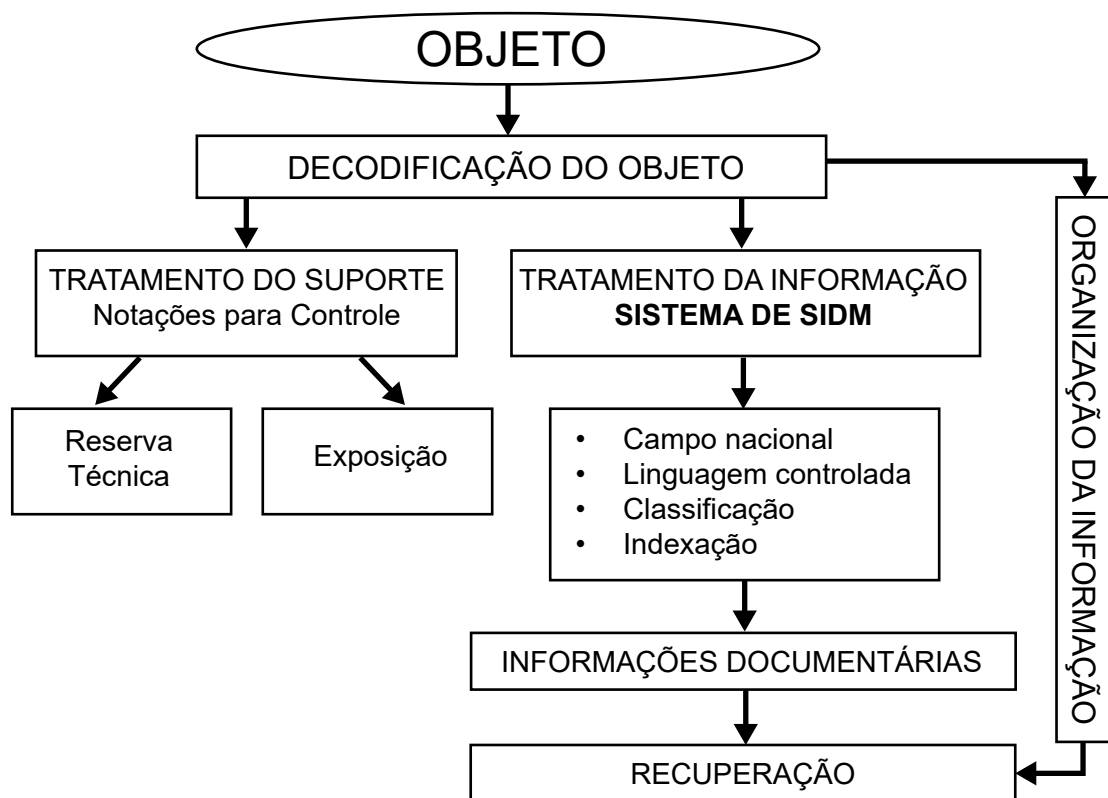
Em relação à organização do acervo, após treinamento, os bolsistas do LABARQ iniciaram as atividades, que foram divididas da seguinte maneira: reorganização da RT, organização digital/física do acervo em nuvem na plataforma Google Drive, elaboração de um banco de dados geral que envolve todas as coleções e os processos curatoriais.

Terceira etapa: levantamento das rotinas e processos referentes às atividades gerais da RT e alimentação do banco de dados com as informações coletadas durante o processo curatorial.

Quarta etapa: a última etapa consistiu na apresentação da versão inicial do Protocolo de Gerenciamento da Reserva Técnica, que comportou a migração de todas as informações contidas nos atuais bancos de dados, assim como possibilitou adaptações e redefinições a fim de se ter uma contínua melhoria do sistema de gerenciamento dos espaços. A versão final desse protocolo criou uma plataforma unificada que possibilitou a revisão e adequação da documentação de registro das coleções, a digitalização de toda essa documentação levando em consideração as informações de cada peça, e a criação de códigos identificadores para cada coleção arqueológica, peça individual e local de guarda.

Esse esquema fica claro no fluxograma apresentado por Ceravolo e Tálamo (2000) para o Sistema Informativo Documentário em Museus (SIDMs) (Figura 6):

Figura 6. Fluxograma para o Sistema Informativo Documentário em Museus (SIDMs).



Fonte: Ceravolo e Tálamo (2000).

A rotina de atividades mencionada pode ser observada na Figura 7, na qual constam os registros documentais de parte das ações realizadas pela equipe do LABARQ. Tais procedimentos foram realizados em espaço improvisado, configurado em caráter emergencial diante da necessidade de início imediato das atividades de gerenciamento das coleções.

Figura 7. Atividades iniciais realizadas pela equipe do LABARQ no espaço provisório, voltadas para reorganização e curadoria das coleções.



Fonte: LABARQ (2022).

Diante do exposto, o LABARQ estruturou suas ações em conformidade com os princípios da democratização informacional. Dessa forma, a UFMA deve se concentrar em disponibilizar um sistema de acesso centralizado, de acordo com as informações já organizadas do acervo salvaguardado, otimizando o acesso do público acadêmico, de pesquisadores e dos demais interessados em conhecer o acervo.

Quanto à elaboração do Banco de Dados Geral para as coleções arqueológicas, a equipe do LABARQ criou um protótipo de formulário digital (Figura 8), que permaneceu sendo preenchido com os dados do inventário referentes a cada projeto de pesquisa arqueológica e do mapeamento de todo o acervo material que a RT possui (código; número do processo; ano; região; local e fases; quantitativo de peças em cada caixa; tipologia dos materiais; arqueólogo e responsável técnico pela coleta).

Diante disso, constata-se que, mesmo diante de um cenário desafiador, com avanços e estagnações, o LABARQ estruturou um protocolo focado na preservação e gestão informacional do acervo sob guarda institucional da UFMA, seguindo os parâmetros técnicos estabelecidos pela Portaria nº 196/2016 (Brasil, 2016).

O sistema deveria ser instituído após a finalização do processo de organização do espaço provisório, tendo como finalidade a conservação, o estudo e a promoção da extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio pesquisa, conservação e socialização do conhecimento. Entretanto, em um movimento marcado por determinantes político-institucionais, a transição na gestão universitária em novembro de 2023 optou pela adoção de uma postura de descontinuidade do trabalho, não havendo tempo hábil para um processo de transição que considerasse o prosseguimento das atividades. Essa ruptura implicou a descontinuidade e o desmantelamento dos processos de salvaguarda

previamente descritos, evidenciando como a instabilidade política também afeta as universidades e a produção de conhecimento.

Figura 8. Protótipo do Banco de Dados provisório, elaborado pela equipe do LABARQ.

Fonte: LABARQ (2022).

O modelo implantado facilitaria a localização, a identificação e o manuseio dos objetos, além de contribuir para o avanço da instituição no que tange às reflexões sobre a flexibilização das formas de acesso às coleções (digital ou físico), bem como sobre seus usos e seu gerenciamento enquanto patrimônio.

Em síntese, a adoção de uma gestão eficiente desse acervo configura-se como condição fundamental para assegurar a sua preservação, a sustentabilidade e a relevância na proteção desse patrimônio, permitindo que pesquisadores possam contar a história dos povos que viveram na região ao longo de dez milênios. Contudo, o cenário ainda é mais de desafios do que de conquistas, tanto em relação à estrutura e ao gerenciamento quanto em relação às formas de comunicação que buscam aproximar as coleções salvaguardadas aos mais diversos públicos.

COMUNICAÇÃO E EXTROVERSÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO PELA RESERVA TÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

A compreensão do conceito de extroversão é fundamental para uma gestão eficiente do patrimônio arqueológico. Nesse sentido, considerou-se a concepção de Cury (2005) ao defender que a comunicação museológica é um processo que extrapola a exposição, envolvendo a recepção e a interação com a sociedade, ou seja, transcende os muros institucionais, prescindindo da existência física de um museu – neste caso, uma IGP.

Nesse contexto, para analisar as ações de comunicação e extroversão do conhecimento sobre o acervo da RT da UFMA, adotou-se o entendimento de Bastos, Brunhs e Teixeira (2007); segundo os autores, o conceito de extroversão aplicado ao patrimônio arqueológico deve envolver noções e práticas de comunicação, divulgação, expansão, socialização e publicação, produzidas a partir dos acervos por aqueles que têm condições de acessá-los.

Diante da necessidade urgente de reorganização do acervo, oportunizou-se também abordar o aspecto comunicativo das coleções salvaguardadas, considerando que a UFMA não dispõe, até o momento, de um espaço para exposição das peças. Logo, foram propostas atividades de comunicação e extroversão da arqueologia usando como lócus a própria RT, por meio de visitas programadas e participação de eventos, como a Feira das Profissões da UFMA.

Tais ações alinharam-se às propostas descritas por Bastos, Brunhs e Teixeira (2007) de incentivar e promover a pesquisa do acervo, bem como a sua extroversão por meio de exposições, oficinas, publicações e ações educacionais, oferecendo novas possibilidades que facilitem a conexão desse conhecimento com os mais diversos grupos sociais, de modo que possam entender as dimensões e construir narrativas históricas após o contato com os objetos.

No que concerne à execução dessa proposta, o LABARQ demonstrou total preocupação em traçar o melhor caminho para a expansão das informações contidas em seu banco de dados. Isso porque ainda existem grandes lacunas relacionadas às limitações enfrentadas para a prática dos processos de comunicação e extroversão das informações referentes a esses bens. A RT ainda enfrenta obstáculos para manter esse acervo dentro dos padrões plenamente necessários ao seu acesso e não dispõe de um museu que facilite a extroversão, permitindo amplo acesso do público a exposições de longa duração. Além disso, embora o novo espaço seja mais amplo, devido ao processo de reorganização instituído, ele ainda não pode ser plenamente acessado. A exceção fica por conta do laboratório, que passou a receber visitas do público, o qual pôde ter acesso ao material em processo de organização e curadoria.

Este foi um dos objetivos do laboratório, considerando que uma dinâmica organizacional estruturada do espaço possibilita uma ampliação significativa dos usos e acessos ao acervo, favorecendo uma nova perspectiva para a fruição do patrimônio da RT e fortalecendo seu potencial de comunicação, entendendo que “a extroversão alcança o espaço da reserva técnica quando busca uma diferenciação da concepção de patrimônio cultural e de suas funções” (Pereira, 2017, p. 68).

O LABARQ apropriou-se dessa compreensão e estruturou um modelo de comunicação e extroversão do conhecimento pensado para além dos muros da Universidade. A partir das ações descritas por Bastos (2017), foram organizadas oficinas de educação patrimonial, exposições, participação de feiras de profissões, utilização dos meios de comunicação (redes sociais e a criação de um site), revistas educativas, kits didáticos e a promoção de forma monitorada do acesso do público ao acervo, considerando a organização sistemática do banco de dados e a organização estrutural do espaço.

Em várias oportunidades, a RT foi convidada para participar da Feira das Profissões da UFMA, quando a Universidade recebe estudantes de escolas públicas e privadas e a comunidade em geral. A equipe do LABARQ organizou um stand, no qual realizou a exposição de artefatos da RT, e promoveu dinâmicas com os visitantes, considerando as profissões ligadas às atividades, a exemplo da carreira de arqueologia. Este foi o primeiro momento que o público não especializado teve acesso ao acervo arqueológico salvaguardado na Universidade (Figura 9), evidenciando a preocupação do LABARQ com a preservação desse patrimônio em seus múltiplos sentidos. A atenção dos visitantes na exposição surpreendeu a equipe da RT, sobretudo pela maioria dos visitantes desconhecer que a UFMA tem coleções arqueológicas sob sua guarda.

Figura 9. (A) e (B) Exposição do acervo da RT na Feira das profissões da UFMA em 2022; (C) e (D) Stand com exposição da RT na Feira das Profissões da UFMA em 2023.



Fonte: LABARQ (2023).

Destaca-se ainda a realização de oficinas de educação patrimonial em escolas da rede pública de ensino, bem como rodas de conversa com comunidades que buscaram contato com o Iphan-MA e a gestão da RT. Tais encontros tiveram como objetivo compreender os aspectos culturais e os processos de preservação dos remanescentes arqueológicos coletados em intervenções em áreas sagradas, como o Terreiro do Egito, o que demandou a visitação do Povo de Santo e do Terreiro Fanti Ashanti, além da realização de entrevistas voltadas para o devido reconhecimento daquele patrimônio das comunidades afro-brasileiras e dos Povos de Santo (Figura 10).

A comunicação e a extroversão do conhecimento vinculadas às coleções arqueológicas da RT da UFMA configuraram-se como uma ação institucional extremamente relevante, caminhando passa a passo com a organização do acervo arqueológico. Nesse sentido, Pereira (2017, p. 78) ressalta que:

Novas possibilidades acerca da extroversão das informações das coleções arqueológicas salvaguardadas são possíveis, se for assumido o desafio de ultrapassar as práticas e visões já enraizadas nas ações e nos discursos ligados à gestão do patrimônio. Na atualidade, com os avanços teóricos das diferentes disciplinas que compõem a gestão do patrimônio salvaguardado, é possível garantir que a conservação e extroversão das coleções caminhem juntas, sem conflitos.

No processo de organização das coleções arqueológicas salvaguardadas na RT da UFMA foi possível compreender que era extremamente importante socializar as atividades

e os conhecimentos produzidos, com base nos processos de educação museal, com o objetivo de fortalecer a importância desse patrimônio para a história maranhense antes e após o processo de colonização, atuando para construir sentimento de pertencimento, ancestralidades, diversidades e territorialidades. Nessa perspectiva Bruno (1999, p. 36) reconhece que:

As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. [...] [E]sses acervos foram constituídos [...] para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. [...]. Sobretudo, esses acervos, [...] podem sinalizar aspectos inerentes à longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos.

Ainda nessa perspectiva:

Para os museus do século 21, a ressignificação e potencialização dos acervos implica não só o seu compartilhamento, mas sobretudo a reconsideração das relações do museu com comunidades para as quais esses acervos importam, sob uma ótica decolonial, de forma colaborativa e inclusiva, fazendo com que o conhecimento gerado em torno de suas coleções seja de fato multivocal e plural (Barreto; Lima, 2020, p. 52-53).

Figura 10. (A) e (B) Recepção de representantes da comunidade Cajueiro no espaço do LABARQ; (C) e (D) Oficina de educação patrimonial, exposição e distribuição de kits didáticos; (E) Reunião com discentes interessados em se voluntariar ao projeto; (F) Entrevista com a temática voltada para o patrimônio da RT.



Fonte: LABARQ (2023).

No caso da RT da UFMA, a comunicação, a fruição, a extroversão, a conexão e a mediação entre a sociedade e o patrimônio arqueológico atuaram para aproximar as coleções arqueológicas das pessoas, aspecto que representou uma forte mudança de paradigma na gestão dos acervos da Universidade. Além disso, tais experiências reforçaram os compromissos na busca por novos modelos de socialização dos acervos,

visando às possibilidades de ressignificação social por meio das coleções, bem como à adoção de “procedimentos museológicos de salvaguarda e de comunicação aliados às noções de preservação, extroversão e educação” (Bruno, 2008, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário das IGP's no Maranhão, a UFMA vem atuando a partir de sua formalização como instituição endossante desde 2010. Daí em diante, a Universidade passou a participar ativamente na emissão de endossos institucionais para projetos de pesquisa arqueológica, especialmente aqueles ligados ao licenciamento ambiental no Maranhão. Sua atuação tornou-se particularmente relevante no âmbito do licenciamento das obras da Refinaria Premium I, onde exerceu ativamente a função de mediadora entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação arqueológica.

Entretanto, o cenário enfrentado pela RT da UFMA, desde a sua formalização como instituição de salvaguarda, tem sido marcado por avanços, descontinuidades, estagnações e retrocessos, associados a dificuldades relacionadas aos aportes financeiros, à estrutura deficitária, à descentralização de responsabilidades e à falta de suporte técnico – aspectos que dificultam seu pleno funcionamento.

Partindo da compreensão de que “os acervos, em especial os acervos arqueológicos no Brasil, nos trazem problemas e preocupações desde sempre e, com certeza, nos conduzem a enfrentamentos e tentativas de superação destes problemas para sempre” (Bruno, 2020, p. 17), após assumir a coordenação da RT, a gestão que esteve à frente da unidade entre 2020 a 2023, em conjunto com a equipe do LABARQ, buscou, mesmo diante de um cenário desafiador, adequar-se às normativas e à legislação vigente, de modo a viabilizar ações concretas de organização, gerenciamento e comunicação do acervo arqueológico salvaguardado pela Universidade.

Os procedimentos de curadoria e as atividades de comunicação, quando estavam em pleno funcionamento, resultaram em muitas atividades enriquecedoras, como a organização plena das coleções, a formação de jovens pesquisadores e a aproximação dos acervos com os mais diversos públicos por meio de visitas guiadas, a disponibilização de conteúdos voltados para a educação patrimonial e a publicação dos resultados.

A partir daí surgiram várias possibilidades para construção de um modelo de gestão, cujo objetivo foi disponibilizar e socializar todo o conteúdo referente ao patrimônio arqueológico salvaguardado na UFMA, atuando também no fomento às pesquisas em iniciação científica, na cooperação interdisciplinar com áreas afins e na proteção das coleções arqueológicas.

A contribuição dos profissionais envolvidos na gestão das coleções arqueológicas, entre 2020 e 2023, foi de suma importância para a obtenção de uma visão global do acervo, além de possibilitar o delineamento de seus potenciais científicos e comunicacionais, fortalecendo o papel institucional das IGP's no âmbito das universidades públicas brasileiras.

Por fim, é estratégico no âmbito da institucionalização da arqueologia, tanto na graduação quanto na pós-graduação, fomentar discussões teóricas e empíricas acerca da importância dos acervos arqueológicos e dos desafios de gestão, principalmente em cenários de crise. No âmbito deste estudo, as contribuições ainda terão ressonâncias, especialmente quando da implantação do Centro de Arqueologia da UFMA, oxalá que seja em um futuro breve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO NETTO, Carlos X. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. *Ciência da Informação*, v. 37, p. 7-17, 2008.

- BANDEIRA, Arkley M. A política institucional da Universidade Federal do Maranhão para o gerenciamento e a salvaguarda dos acervos arqueológicos. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 146-170, 2020.
- BANDEIRA, Arkley M. *Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís - MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11042013-102411/>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- BASTOS, Rossano L.; BRUHNS, Katianne; TEIXEIRA, Adriana. *A arqueologia na ótica institucional: IPHAN, contrato e sociedade*. Erechim (UY): Ed Habilis, 2007.
- BOTTALLO, Marilúcia. O papel da documentação museológica nos processos de salvaguarda patrimonial: a montagem da exposição temporária. In: CURY, Marília X. *Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia-Universidade de São Paulo, 2001. p. 26-29.
- BRAGA, Gedley B. A conservação das coleções do MAE/USP. In: CURY, Marília X. *Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial*. São Paulo: Edusp; Museu de Arqueologia e Etnologia-Universidade de São Paulo, 2001. p. 23-25.
- BRASIL. *Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961*. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm. Acesso em: 16 abr. 2026.
- BRASIL. *Decreto n. 5.753, de 12 de abril de 2006*. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm. Acesso em: 16 abr. 2026.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016*. Brasília, DF: Iphan, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_mai_2016.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Salvaguarda de bens registrados : patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento / coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar*. – Brasília, DF: Iphan, 2017.
- BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Portaria SPHAN n. 07, de 1º de dezembro de 1988*. Brasília, DF: SPHAN, 1988. Disponível em: https://www.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_SPHAN_n07_1988.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Portaria Iphan n. 230, de 17 de dezembro de 2002*. Brasília, DF: Iphan, 2002. Disponível em: https://www.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_IPHAN_n230_2002.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Portaria IPHAN nº 271, de 1º de agosto de 2025*. Dispõe sobre os requisitos para a aptidão e o cadastro de Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs) de bens arqueológicos, estabelecendo seus deveres e a sistemática da Declaração de Endosso Institucional. Brasília, DF: Iphan, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/Portaria27120251.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2026.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Instrução Normativa Iphan n. 01, de 25 de março de 2015*. Brasília, DF: Iphan, 2015. Disponível em: https://www.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_Normativa_IPHAN_n01_2015.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.

- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Portaria Iphan n. 196, de 18 de maio de 2016*. Brasília, DF: IPHAN, 2016. Disponível em: https://www.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_IPHAN_n196_2016.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência no Maranhão. Processo administrativo n. 01494.000510/2009-81. Coordenação técnica e científica: Arkley Marques Bandeira. São Luís: Iphan-MA, 2009. [Documento físico. Acesso restrito.]
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência no Maranhão. Ofício GAB n. 1.177, de 2014. São Luís: IPHAN-MA, 2014. [Documento físico.]
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Portaria IPHAN n. 10, de 28 de março de 2011*. Brasília, DF: Iphan, 2011. Disponível em: <https://www.in.gov.br/consulta/-/buscar/dou>. Acesso em: 16 abr. 2026.
- BRUNO, Maria C. O. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 8-18, 2020.
- BRUNO, Maria C. O. Definição de Museologia e de Museu. *Cadernos do CEOM*, v. 14, n. 13, p. 15-32, 2000.
- BRUNO, Maria C. O. Musealização da Arqueologia. *Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia*, n. 17, 1999.
- BRUNO, Maria C. O. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- BRUNO, Maria C. O. *Museologia e Patrimônio*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.
- BRUNO, Maria C. O. Museus, identidades e patrimônio cultural. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 7, p. 145-151, 2008.
- CERAVOLO, Suely M.; TÁLAMO, Maria F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 10, p. 241-253, 2000.
- CURY, Marília X. *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DE AZEVEDO, Renata L. *et al.* Proposta de diagnóstico de conservação para acervos arqueológicos – um protocolo para a reserva técnica do LACOR/UFPE. *Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica*, v. 14, n. 2, p. 101-120, 2022.
- LESSA, Andrea. Conceitos e métodos em curadoria de coleções osteológicas humanas. *Arquivos do Museu Nacional*, v. 68, n. 1-2, p. 3-16, jan./jun.2011.
- LIMA, Helena P.; BARRETO, Cristiana. Uma nova política para um antigo acervo: a redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 43-62, 2020.
- PEREIRA, Daiane *et al.* Perspectivas para a gestão de acervos arqueológicos. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 2-7, 2020.
- PEREIRA, Daiane. A extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: reserva técnica do laboratório de arqueologia Peter Hilbert. *Revista de Arqueologia*, v. 1, n. 2, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris, 17 out. 2003. Aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo n. 22, de 1º de fevereiro de 2006, e promulgada

pelo Decreto n. 5.753, de 12 de abril de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm. Acesso em: 16 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Gabinete da Reitoria. *Portaria GR n. 379, de 2020*. São Luís: UFMA, 2020. [Documento físico].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Gabinete da Reitoria. *Ofício GAB n. 1071, de 2014*. São Luís: UFMA, 2014. [Documento físico].

VASCONCELOS, Mara L. C.; ALCÂNTARA, T. M. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2[19], p. 153-165, 2017.